



DECISÃO

EU, **Daniel Emerick de Oliveira**, Pregoeiro, venho por meio do presente instrumento manifestar em relação aos recursos apresentados pelas empresas **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA** e **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** nos seguintes termos:

Em prima face, é importante anotar que o pregão presencial n. 022/2023 tem como objeto a aquisição de saibro *in natura* destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Necessário ainda informar que a peça recursal é uma peça técnica, cuja a análise é estritamente técnica sem nenhum cunho pessoal, sendo esta de extrema importância para correção de equívocos, elucidação de dúvidas, exercendo as empresas licitantes papel de suma importância na colaboração a Administração Pública Municipal na contratação da melhor proposta.

Frisa-se ainda, o zelo com que a Administração Pública Municipal de Irupi/ES, como um todo, tem para com a coisa pública, sempre se pautando pelos ditames do Ordenamento Jurídico Pátrio e sempre tendo seus atos praticados em consonância com o entendimento dos Órgãos de Fiscalização, sendo transparente e cordial no trato com os licitantes e zelando para que tenham um julgamento justo e correto, tanto é assim que nas licitações como a do objeto em questão, são convocados o corpo técnico de engenheiros responsáveis pela questão ambiental do Município no fito que estes analisem minuciosamente a documentação de qualificação técnica das empresas, e após tal análise, emitam parecer de forma a orientar o Pregoeiro em sua decisão final, buscando sempre o interesse público em detrimento do particular.

Feitas as ponderações iniciais passo a análise das argumentações da empresa **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA** que aduz em sua peça recursal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

"(...) Portando fica evidente que nossa empresa foi inabilitada erroneamente, devido cláusula restritiva, pois a certidão solicitada no item 9.29, é um documento inexistente.

É conclusivo que a Administração Pública não pode atuar de forma desvirtuada ocasionando indevida restrição à competitividade, fato este configurado pela mencionada exigência do Edital, que impõe como requisito documento inexistente, maculando seriamente a competitividade do certame.

Isso porque a licitação não é um fim em si mesmo, pois embora o procedimento licitatório possua natureza formal, este deve superar e transcender a burocracia exacerbada e inútil, pois o objetivo do procedimento é garantir a eficácia da máquina administrativa, orientando-se pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (...)"

A par de tais informações o Pregoeiro diligenciou a Secretaria Municipal de Agricultura de Irupí/ES, ao departamento de meio ambiente, para que os engenheiros responsáveis se manifestassem sobre o que fora alegado pela **RECORRENTE** a respeito da existência ou inexistência do referido documento.

Nesse sentido se manifestou o Pregoeiro em diligência:

"Boa tarde Roberta e Vitor, estou abrindo diligência em virtude das alegações da empresa COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA de que a exigência contida na cláusula "9.29. - Certidão de Registro junto ao Órgão Licenciador" não existe. Determino que o Setor Ambiental do Município de Irupí/ES se manifeste sobre as alegações das empresa em questão em forma de parecer técnico e posteriormente seja anexado a plataforma para decisão final por este pregoeiro. Dou o prazo de 24hs para que seja cumprida a diligência solicitada, devendo Vossa Senhoria e o Vitor demonstrar a existência da exigência editalícia, bem como informar qual Órgão Licenciador se refere a cláusula em questão. Atenciosamente".

Assim se manifestaram o corpo de engenheiros do Município de Irupí/ES em resposta a diligência:

"Conforme item do edital nº 9.29. Certidão de Registro junto ao Órgão Licenciador. Informamos que, houve um erro na digitação quando na descrição do item acima, sendo que deveria estar exposto da seguinte forma: Certidão de Regularidade junto a Agência Nacional de Mineração – ANM (Certidões Diversas – Declaração de Regularidade) junto ao órgão. A finalidade do item em questão, é de atestar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

situação de regularidade da extração do bem mineral junto ao órgão (ANM). Atenciosamente.”

Diante das informações da **RECORRENTE**, feita a diligência pelo Pregoeiro, verificou-se a existência de erro material na referida cláusula (erro de digitação – onde se lê “Certidão de Registro junto ao Órgão Licenciador”, leia-se “Certidão de Regularidade junto à Agência Nacional de Mineração – ANM”), sendo tal erro sanável, tanto é assim que as próprias empresas participantes do certame hora nenhuma solicitam a anulação do certame, muito pelo contrário, postulam em apertada síntese pela continuidade do certame.

Neste ponto é importante fazermos algumas ponderações:

1) As empresas participantes do certame tinham ciência de qual Órgão Licenciador a cláusula “9.29” se referia, senão vejamos:

“(…) A engenheira ambiental Roberta informou que ambas as empresas consultaram ao Órgão Ambiental do Município sobre quem emitiria a certidão (Órgão Licenciador), estando todas as duas empresas cientes de quem seria o Órgão Licenciador. (…)”

2) Verifica-se que no pregão presencial anteriormente realizado com o mesmo objeto somente compareceram as empresas aqui informadas, ou seja, a referida cláusula, apesar de importante, não é limitativa de concorrência por parte das empresas licitantes, vez que com a presença desta ou sem esta somente as empresas presentes no certame compareceram em ambos os certames.

3) É cediço no mundo jurídico que quando uma norma é de difícil compreensão, ou dá a mesma ensejo a inúmeras interpretações, o profissional da área dever se utilizar dos mecanismos disponibilizados no direito (princípios, analogia, costumes, etc) para se obter o fim a que se destina aquela norma. No presente caso, com a diligência realizada ficou claro que o fim precípua da exigência contida na cláusula “9.29” é atestar a situação de regularidade da extração do bem mineral das empresas licitantes via certidão/declaração, após o registro, ou seja, na atualidade (se as empresas participantes do certame apesar de terem o registro ativo junto a ANM, na atualidade não possuem pendências junto ao referido Órgão Licenciador).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

4) O saneamento do presente erro material constatado não traz nenhum prejuízo seja para a Administração Pública Municipal, para as empresas participantes e nem para o fim do certame que é a contratação da empresa licitante com a proposta mais vantajosa, muito pelo contrário se faz necessário para se obter um julgamento justo e uma proposta válida e vantajosa.

5) Inabilitar a empresa **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA**, a princípio, com base na cláusula “9.29” estando esta com um erro sanável, sem a devida correção do erro, seria propiciar a esta um julgamento injusto o que não ocorrerá, fato este, que torna o saneamento do erro necessário, para que posteriormente, seja realizado uma nova avaliação pelo corpo técnico pelos engenheiros ambientais do Município de Irupi/ES dos documentos de qualificação técnica das empresas participantes.

6) A Certidão/Declaração exigida na cláusula “9.29” no termos em que se encontra com erro material não se apresenta no site da ANM, mas sanado o erro material e levando em consideração a finalidade de tal exigência no edital percebe-se que sim, há certidão/declaração a ser solicitada no site da ANM e disponibilizada pelo referido órgão para comprovação da regularidade das empresas licitantes.

7) Sobre a possibilidade de sanar erro material no certame os Tribunais Pátrios tem se posicionado amplamente favoráveis, senão vejamos algumas decisões:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

TRF-1 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA (AMS): AMS XXXXX20114013400

Jurisprudência • MOSTRAR DATA DE PUBLICAÇÃO

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. **LICITAÇÃO**. PREGÃO. **ERRO MATERIAL**. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO. FORMALISMO MODERADO. SITUAÇÃO CONSOLIDADA. SEGURANÇA DENEGADA. I - Prevalece, no processo licitatório, o princípio do formalismo moderado, de modo que não se reconhece nulidade sem a demonstração de prejuízo grave para a competição e a certeza e segurança da contratação, notadamente se for obtida a proposta mais vantajosa para a **Administração**. II - Ademais, restringindo-se a controvérsia dos presentes autos a procedimento licitatório realizado em 2010, resta caracterizada, na espécie, uma situação de fato já consolidada, cujo desfazimento já não mais se recomenda, na linha do entendimento jurisprudencial consagrado em nossos tribunais, em casos que tais. III - Apelação desprovida. Sentença confirmada.

A Jurisprudência apresentada está ordenada por Relevância [Mudar ordem para Data](#)

TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos - Reexame Necessário: REEX XXXXX20178160170 PR XXXXX-32.2017.8.16.0170 (Acórdão)

Jurisprudência • MOSTRAR DATA DE PUBLICAÇÃO

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. **LICITAÇÃO**. **ERRO MATERIAL** VÍSEL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À **ADMINISTRAÇÃO** PÚBLICA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, CELERIDADE, ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA EM DETRIMENTO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. EXCESSO DE FORMALISMO. SENTENÇA MANTIDA. (TJPR - 4ª C. Cível - XXXXX-32.2017.8.16.0170 - Toledo - Rel.: Juiz Hamilton Rafael Marins Schwartz - J. 15.03.2018)

Com base em tais ponderações fora realizada nova diligência ao Órgão Ambiental do Município de Irupi/ES, senão vejamos:

"Boa tarde Roberta, primeiramente agradeço por ter cumprido a diligência, mas em virtude das informações trazidas ao bojo do processo por Vossa Senhoria, gostaria de ser informado em diligência se apesar do equívoco ocorrido na elaboração da cláusula "9.29", os documentos apresentados por ambas as empresas atenderiam ao edital caso a referida cláusula fosse redigida com a seguinte exigência (Certidão de Regularidade junto a Agência Nacional de Mineração – ANM (Certidões Diversas – Declaração de Regularidade) junto ao órgão). As empresas participantes do certame apresentaram tal documentação ou não na habilitação. Prazo de cumprimento da diligência 24 horas, devendo ser emitido parecer técnico devidamente assinado pelos profissionais ambientais do Município".

Assim se manifestaram:

"Informamos que, ambas as empresas (Adelson Garraburro Borotolon — AGB e Comercial Soares e Lima LTDA), não apresentaram a documentação necessária para atendimento ao item 9.29 do edital em questão. A empresa Adelson Garraburro Borotolon — AGB apresentou protocolo realizado junto ao órgão (ANM),



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

porém, o mesmo não tem valor técnico para ser considerado, uma vez que, não foi analisado pelos técnicos da ANM, trata-se apenas de um protocolo. A finalidade de exigência do item em questão, é de atestar a situação de regularidade da extração do bem mineral junto ao órgão (ANM)."

Percebe-se que mesmo com o saneamento do erro material em diligência e após nova avaliação das documentações de habilitação das empresas em questão pelo corpo de engenheiros ambientais do Município (propiciando um julgamento justo as empresas participantes), estas não atenderam ao fim precípua da exigência da cláusula "9.29" (atestar a situação de regularidade da extração do bem mineral junto a ANM, após o registro), fracassando assim o certame.

Em continuidade a análise das argumentações da empresa **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA**, está assim se manifesta:

"(...) A inabilitação da recorrente aconteceu pela não apresentação de uma Certidão de Registro junto ao órgão Licenciador (9.29 – TR), portanto é importante destacar que o item que inabilitou é reduntante, pois o item anterior (9.28), tem por exigência o mesmo teor.

Primeiramente uma análise se faz necessária dos itens 9.28 e 9.29 do edital.

9.28. Registro de Extração válido fornecido pela Agência Nacional de Mineração – ANM;(grifo nosso)

9.29. Certidão de Registro junto ao órgão Licenciador; (grifonosso)

Diante do exposto fica claro que o dois itens trazem a mesma exigência, demonstrando que o item que inabilitou a recorrente é redundante, uma vez que na apresentação do documento para atendimento do 9.28., ficou demonstrado o número de registro da recorrente junto a ANM, autorização para extração e local da extração, a recorrente demonstrou atender o item 9.29, pois ficou demonstrado de forma clara o registro da recorrente junto a ANM. (...)"

Com todo o respeito devido a Nobre **RECORRENTE**, não traz a cláusula "9.28" as mesmas exigências da cláusula "9.29", vez que a primeira atesta a situação da empresa junto a ANM em relação ao registro (se a empresa está registrada na ANM, a situação desse registro se está ativo ou não); já a cláusula "9.29" atesta situação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

regularidade das empresas licitantes em momento posterior ao registro, portanto, em momento atual (se apesar do registro ativo das empresas, estas deixaram de cumprir determinações da ANM, se estão sem pendência em relação ao referido Órgão).

Aduz ainda a **RECORRENTE**:

“Ressaltamos que o senhor pregoeiro e a senhora engenheira srª Roberta Cunha Vieira, realizaram diligência junto o site da ANM, na realização da diligência ficou demonstrado que o registro da recorrente está ativo, com validade em 2032, comprovando que nossa empresa atende os itens 9.29 e 9.28, não tendo impedimento para sua habilitação técnica”.

De fato fora realizada diligência em sede de Sessão Pública Licitatória tendo corroborado para, juntamente com os demais documentos juntados pela **RECORRENTE**, que está cumpriu o disposto na cláusula “9.28”, estando com o registro ativo junto a ANM, mas não o disposto na cláusula “9.29” depois de sanado o erro material, não alcançando a empresa **RECORRENTE** o fim precípuo exigido nesta última cláusula.

Afirma a empresa **RECORRENTE** que:

“(…) A empresa supracitada apresentou como forma de atendimento ao item 9.29, protocolo digital junto a ANM, a alegação da recorrida em apresentar o protocolo e não a certidão de registro, foi devido a greve dos servidores da ANM, porém gostaríamos de trazer dois destaques em relação ao documento apresentado;

1) O protocolo apresentado pela recorrida não atende "provisoriamente" como alega a empresa, pois em seu site a ANM deixa claro que não há prazo para emissão de certidão solicitada, dependendo da demanda de cada unidade ou seja mesmo com o fim do movimento grevista, o aviso no site é bem claro que não há prazo para emissão de qualquer certidão solicitada, sendo assim mesmo com o fim do movimento grevista da Agência, protocolo apresentado não traz a garantia de que tal declaração estaria emitida em tempo hábil para o certame.

2) E uma análise ao protocolo apresentado pela recorrida, nota-se que a solicitação traz com tipo protocolo DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE, em nenhuma parte do documento apresentado menciona certidão de registro como solicitação, pois bem, o que foi solicitado a ANM pela recorrida em nada tem haver com o edital, em nenhum momento foi exigido declaração de regularidade, sendo assim, mesmo que não houve o movimento grevista e a agência emitisse a declaração em tempo hábil



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

para o certame a recorrida não atenderia o item 9.29, pois a exigência é para apresentação de Certidão de Registro e não de Declaração de Regularidade”.

Em relação ao alegado pela **RECORRENTE** neste ponto, será devidamente analisado pelo Pregoeiro quando da análise do recurso da empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON**.

Por fim alega a **RECORRENTE**:

“(…) No item 9.30, do edital, traz como exigência que caso a licitante não possua saibreira própria, deverá ser apresentado documentos de comprovação que a licitante tem autorização de extração e comercialização do mineral.

A licença da ANM, traz como proprietário da jazida o senhor Lino Garcia (de cujus), na licença específica emitida pela Prefeitura de Irupi, mais uma vez traz como proprietário da jazida o senhor Lino Garcia, ou seja a jazida não pertence a pessoa física do senhor Adelson, portanto que foi apresentado um contrato entre o senhor Lino Garcia e a pessoa física do senhor Adelson, contrato esse que tem autorização somente para a extração do mineral, o contrato não traz em seu corpo qualquer menção de autorização de comercialização, sendo assim, o senhor Adelson não tem autorização de comercializar o mineral, frisando que o contrato apresentado entre o proprietário da Jazida srº Lino Garcia e a pessoa física do senhor Adelson, expressa somente a extração do mineral, não podendo confundir extração com comercialização, pois são coisas distintas, no ramo da mineração é como comum empresas que atuam somente na extração de minerais e outras na comercialização deste minerais.

A recorrida apresentou um contrato de comercialização do mineral entre a pessoa física Adelson e a pessoa jurídica Adelson, contrato esse que não atende a exigência do item 9.30 (TR), pois a pessoa física Adelson não está autorizada pelo proprietário da jazida a comercializar o mineral, invalidado o contrato de comercialização da licitante. (…)”

Entendo que nesse ponto assiste razão a **RECORRENTE** vez que apesar das licenças ambientais de extração apresentada pela empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** estarem no nome da pessoa física **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** no contrato de arrendamento firmado entre este e o Sr. Lino Garcia só existe o direito a extração do saibro *in natura*, não informando referido documento nenhuma autorização expressa para comercialização do saibro por parte do dono do imóvel ao **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** (pessoa física).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

Ressalte que a empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** fez juntada de contrato de comercialização entre a empresa e a pessoa física do **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON**, porém tal contrato não tem o condão de validar situação não autorizada pelo dono do terreno, fato este a ser motivo de continuidade da inabilitação da empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON**.

Ao final postula a empresa **RECORRENTE** que a decisão que resultou em sua inabilitação seja reformada e que a empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** seja declarada inabilitado, tudo com base nos motivos até aqui expostos.

Por todo o exposto até o presente momento julgo parcialmente procedente o recurso da empresa **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA** permanecendo a mesma inabilitada, mesmo após o saneamento do erro material; porém acatando o seu pedido de inabilitação da empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** por entender que em sua explanação assiste razão neste ponto; bem como acato o pedido da empresa em questão e remeto os autos a Autoridade Máxima Municipal para que analise a presente decisão e manifeste pela ratificação da presente decisão ou pela retificação da mesma.

Neste ponto, passando a análise do recurso da empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** que assim aduz:

"(...) Há de considerar que na referida consulta feita ao órgão ambiental mencionado anteriormente, ratificou-se o entendimento da licitante de que era a ANM que expediria a referida certidão exigida no item 9.29. Todavia, o referido órgão encontra-se em greve geral desde o dia 08/08/2023 (um dia antes da publicação do edital, que ocorreu em 09/08/2023), impossibilitando assim a emissão da certidão ora solicitada, onde, a empresa recorrente já tinha solicitado a certidão e até efetuado o pagamento da taxa, apresentando além do protocolo constando o registro e o pagamento da taxa, demais notícias que comprovavam a greve instaurada.

Todavia, mesmo sendo apresentado o protocolo constando o registro e a taxa paga da solicitação da certidão, e ainda, as notícias da greve que vem ocorrendo desde o dia 08/08/2023 que foram apresentadas junto aos documentos de habilitação, o Pregoeiro decidiu por inabilitar a empresa, por não atender o item 9.29. do Termo de Referência Anexo V do Edital. Assim, pautado pelo princípio da Razoabilidade, Proporcionalidade e da Isonomia, a decisão por inabilitar a empresa **ADELSON GARRABURRO BORTOLON**, ainda mais que solicitaram e pagaram a taxa para



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

emissão da certidão, sendo impedida por circunstâncias que superam seu controle (Greve do Órgão ANM), merece ser reformada.

Onde, a licitante viu a viabilidade de que caso, a agência não emitisse a certidão a tempo por motivo da greve, apresentaria o protocolo que contém a solicitação, e ainda comprovação de que esta tinha sido paga, ainda, apresentaria publicações de sites de notícia, noticiando a referida greve. O que ocorreu, a mesma teve que praticar os atos anteriormente descritos, esperando que o Pregoeiro e a CPL iriam se utilizar do Princípio de Razoabilidade.

Observa-se, assim, que a ocorrência da paralisação dos servidores lotados nesta repartição vem a inviabilizar a emissão da certidão exigida no ato convocatório, fato que prejudicará a participação da licitante que solicitou e efetuou o pagamento da taxa para a expedição desta certidão durante a greve.

Nesta situação, adequado seria para a Comissão de Licitação e/ou o pregoeiro, uma vez constatada a existência da greve e a efetiva impossibilidade de o licitante obter a certidão, inclusive por meios eletrônicos (situação que também inviabilizará a realização de uma consulta on-line), senão a de considera-la habilitada para continuar na licitação, mesmo que seja provisoriamente.

O Pregoeiro juntamente com Comissão de Licitação poderia consignar em ata que, em função da greve devidamente comprovada dos funcionários do órgão responsável pela emissão da referida certidão, mesmo a licitantes tendo solicitado e efetuado o pagamento da taxa não conseguiu obter a certidão pertinente, tendo ela apresentado o protocolo constando o registro e o pagamento da taxa, como também, apresentou noticiados informando a situação da greve, razão pela qual se comprometem a providenciá-la assim que possível, ou seja, tão logo a greve seja suspensão, sob pena de inabilitação posterior, impedimento para a contratação ou rescisão contratual, se já firmado o contrato (conforme a fase procedimental na época adequada para a apresentação)".

Com todo o respeito devido a **RECORRENTE** no presente caso o que deve prevalecer é o interesse público municipal e não da empresa em questão, vez que o interesse público se sobressai ao interesse particular.

Quando a Administração Pública solicita em seus editais alguma exigência documental, principalmente de ordem técnica, o mínimo que se espera é que as empresas licitantes já estejam em conformidade com o edital e com a legislação pátria e não que as empresas após tomarem conhecimento do edital venham aos trancos e barrancos regularizar sua situação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

Como informado outrora e comprovado pela empresa **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA** tal documento exigido na cláusula "9.29" não é de emissão imediata pela ANM, não sendo a greve um instrumento a impedir a empresa de ser habilitada, vez que está já deveria ter providenciado a certidão/declaração em momento anterior até mesmo para se resguardar perante a fiscalização do órgãos ambientais.

A juntada nos autos de requerimento solicitando a certidão/declaração exigida na cláusula "9.29", o pagamento de taxa efetuado, protocolo junto a ANM e notícias informando da greve no órgão em questão não tem o condão de suprir a exigência da cláusula em questão, apenas demonstram que a empresa está correndo atrás de documento que ateste sua regularização perante o referido Órgão, mas que nem teve a referida solicitação analisada pela ANM.

Aceitar tais requerimentos e comprovantes de taxa pagos como supridores das exigências da cláusula "9.29" é colocar em risco a segurança jurídica da contratação, vez que a empresa licitante em questão não tem e nem pode dar a certeza que irá obter o documento junto a ANM.

Nem há que se falar em princípio do formalismo moderado, vez que se trata de exigência importante do edital a dar segurança jurídica ao Administração Pública Municipal que está contratando saibro de empresa em total regularização com os Órgão de Fiscalização Ambiental.

Por todo o exposto, julgo procedente em parte o recurso apresentado pela empresa **ADELSON GARRABURRO BOROTOLON** permanecendo inabilitada a mesma, mas acatando o pedido de que a decisão deste pregoeiro seja analisada pela Autoridade Máxima Municipal e ao final seja ratificada ou retificada.

Tendo em vista a permanência da inabilitação das duas empresas em questão dou o certame por fracassado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES

Irupi/ES, 30 de agosto de 2023.

DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA
Presidente da CPL/Pregoeiro



Irupi, 29 de agosto de 2023

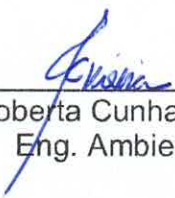
MANIFESTAÇÃO

Conforme item do edital nº 9.29. Certidão de Registro junto ao Órgão Licenciador.


Informamos que, houve um erro na digitação quando na descrição do item acima, sendo que deveria estar exposto da seguinte forma: Certidão de Regularidade junto a Agência Nacional de Mineração – ANM (Certidões Diversas – Declaração de Regularidade) junto ao órgão.

A finalidade do item em questão, é de atestar a situação de regularidade da extração do bem mineral junto ao órgão (ANM).

Atenciosamente,



Roberta Cunha Vieira
Eng. Ambiental



Victor Almeida Pereira
Eng. Agrônomo



Irupi, 30 de agosto de 2023

MANIFESTAÇÃO

Informamos que, ambas as empresas (Adelson Garraburro Borotolon – AGB e Comercial Soares e Lima LTDA), não apresentaram a documentação necessária para atendimento ao item 9.29 do edital em questão. A empresa Adelson Garraburro Borotolon – AGB apresentou protocolo realizando junto ao órgão (ANM), porém, o mesmo não tem valor técnico para ser considerado, uma vez que, não foi analisado pelos técnicos da ANM, trata-se apenas de um protocolo.

A finalidade de exigência do item em questão, é de atestar a situação de regularidade da extração do bem mineral junto ao órgão (ANM).

Atenciosamente,

Roberta Cunha
Vieira:Eng^a.
Ambiental:119
39213762

Assinado de forma
digital por Roberta
Cunha Vieira:Eng^a,
Ambiental:1193921376
2
Dados: 2023.08.30
08:49:56 -03'00'

Roberta Cunha Vieira
Eng. Ambiental

Victor Almeida Pereira
Eng. Agrônomo